

A DISPUTA DIALÉTICA EM ARISTÓTELES

Guilherme Wyllie – UCP/PUC-Rio

Ds *Tópicos* têm sido descritos como uma tentativa fracassada de estabelecer um sistema de lógica que só foi plenamente realizada com o surgimento dos *Primeiros Analíticos*¹. Nesta obra estão presentes oito livros sendo que a maior parte deles, os livros II-VII, lidam com os *Tópicos*, enquanto que os dois restantes, os livros I e VIII, expõem os fundamentos de uma disputa dialética. Para Aristóteles os *Tópicos* tem como objetivo principal proporcionar uma arte de argumentação², de modo que qualquer indivíduo que a possui esteja perfeitamente capacitado para uma disputa dialética de estilo socrático. No âmago desta arte está, por sua vez, um método para formular argumentos baseado nos *Tópicos*.

Uma disputa dialética envolve a participação de dois contendores, o arguidor e o argüido, que debatem em torno de um problema, isto é, um tema de investigação que deve ser representado por uma questão com a forma “A ou não-A”³. Por conseguinte, perguntas do tipo “O universo é ou não é eterno?” ou “O prazer deve ou não ser escolhido?” são exemplos que podem ser adotados como problemas⁴. Não obstante, nem todos os temas são adequados numa disputa dialética, visto que apenas assuntos

discutíveis podem ser apresentados como problemas. Portanto, temas universalmente aceitos como absurdos ou evidentes devem ser preteridos por não serem passíveis de discussão⁵, e somente serão considerados aqueles assuntos que suscitam opiniões divergentes⁶.

Numa disputa dialética, cada contendor tem que sustentar um dos disjuntos do problema como verdadeiro. Desta forma, se o arguidor assevera, por exemplo, que o mundo é eterno, então o argüido deve atestar que o mundo não é eterno. Segundo Aristóteles, o lado do problema sustentado pelo arguidor como verdadeiro é denominado proposição dialética. Esta, por sua vez, diz respeito àquilo que é geralmente aceito⁷ e devido ao seu caráter unilateral, assume a forma de uma questão tal como, “ ‘Um animal que caminha com dois pés’ é a definição de homem, não é?”⁸. Com efeito, as proposições e os problemas coincidem em número, já que um problema pode ser gerado a partir da disjunção de uma proposição e a sua negação⁹.

Os contendores desempenham funções diferentes na disputa dialética¹⁰. Ao arguidor cabe defender sua proposição tentando refutar o argüido através da apresentação de questões

que obriguem-no a concordar com ele. Esta tarefa exige que o argüidor utilize um argumento cuja conclusão seja a sua proposição. Ademais, deve-se recorrer a um Tópico para encontrá-lo¹¹. De acordo com Aristóteles, as premissas que compõem este argumento são chamadas de necessárias¹². Com efeito, se o argüido aceitar todas as premissas necessárias, ele terá que admitir a proposição do argüidor. Todavia, se ele discordar de alguma, o argüidor deverá oferecer argumentos auxiliares que apresentem as premissas necessárias como conclusões. Também compete ao argüidor ocultar do argüido as premissas necessárias, a fim de que este não perceba a sua estratégia de argumentação e não possa precaver-se antecipadamente. Para auxiliar o argüidor nesta tarefa, Aristóteles oferece algumas regras práticas¹³. Segundo ele, por exemplo, é conveniente obter as premissas fora da sua ordem habitual, para que fiquem aparentemente dissociadas¹⁴. Além disso, as premissas necessárias devem ser apresentadas de um modo distinto daquele em que aparecem nos argumentos¹⁵. O argüidor competente é aquele que consegue persuadir o argüido a sustentar uma posição que o induza à contradições¹⁶. Já um bom argüido deve impedir que o argüidor realize seu objetivo, evitando concordar com sua tese e Além disso, ele deve evitar contrasensos, para que não precise eximir-se de seu ato responsabilizando apenas a posição que ele sustenta.¹⁷

O argüido tem como finalidade impedir que o argüidor alcance seu objetivo. Para isso, ele não deve concordar com o argüidor nem dizer algo absurdo com o intuito de evitar a concordância com seu oponente¹⁸. Antes da disputa, o argüido deve preparar-se discutindo consigo mesmo para que se torne capaz de enfrentar habilmente os argumentos do argüidor¹⁹. Com efeito, pode-se dizer que os Tópicos também são úteis para o argüido, já que, ao tentar antever os passos do argüidor, ele faz uso dos Tópicos da mesma forma que seu oponente. Numa disputa dialética, o argüido está limitado a responder apenas “sim” ou “não”. Porém, se a questão do argüidor for obscura, ele deve demonstrar que está ciente desta dificuldade ou dizer simplesmente que não a compreendeu²⁰. Ademais, o argüido também pode fazer uma objeção contra algum aspecto da argumentação de seu oponente, afim de incapacitá-lo de chegar a uma conclusão ou forçá-lo a formular outra questão²¹. Em alguns casos o próprio argüidor dispensará uma resposta do tipo “sim” ou “não” para solicitar ao argüido a exposição de um argumento que garanta sua posição²². O argüido, assim como o argüidor, também conta com várias regras práticas oferecidas por Aristóteles. Por exemplo, o argüido deve verificar se sua tese é geralmente aceita ou rejeitada para tentar fundamentá-la com premissas correspondentes. A vantagem desta regra reside no fato de que a partir dela o argüido parece coerente

e o argüidor é forçado a estabelecer uma tese oposta a de seu oponente com premissas equivalentes a ela. Deste modo, o argüidor fica impossibilitado de fazer o argüido concordar com ele²³.

É importante notar que ambos os contendores são responsáveis pela qualidade de uma disputa dialética. Portanto, basta que um deles tenha um desempenho insuficiente para que a qualidade da disputa fique comprometida²⁴. O argüido é considerado ineficiente quando se recusa a admitir uma proposição universal sem apresentar um exemplo negativo ou um contra-argumento para refutá-la²⁵, ou quando é incapaz de conduzir seu argumento de maneira correta²⁶, ou ainda quando assente a coisas contrárias ao que inicialmente pretendia provar²⁷. Já o argüidor incompetente caracteriza-se por não perceber quando seu argumento é falacioso²⁸ ou por fazer perguntas contenciosas²⁹. É evidente que Aristóteles distingue os contendores das teses que eles defendem, uma vez que os orienta a discutir os dois lados de um problema ou a defender teses de pensadores famosos³⁰.

Algumas passagens dos *Tópicos* parecem indicar que os contendores eram julgados³¹, de modo que no final de uma disputa dialética deveria haver um vencedor e um vencido³². Provavelmente até os argumentos eram julgados³³. Todavia não está claro quem atuava como juiz.

O término de uma disputa dialética acontece quando todas as premissas do argüidor são consentidas pelo argüido, permitindo que sua conclusão seja assegurada, ou quando o argüido faz alguma objeção que o argüidor não consegue refutar, ou então quando a resposta da objeção feita pelo argüido demanda um tempo maior do que aquele admitido pela discussão³⁴. A partir deste último aspecto depreende-se também que as disputas dialéticas deveriam obedecer a um tempo preestabelecido de duração.

Consoante o que foi dito, o participante de uma disputa dialética era considerado competente apenas se fosse capaz de formular bons argumentos rapidamente. Para capacitar os contendores neste fundamento, Aristóteles estabeleceu um método de argumentação oposto ao procedimento utilizado pelos Sofistas que simplesmente selecionavam argumentos úteis para serem memorizados por seus discípulos³⁵. Neste método de argumentação de Aristóteles, os *Tópicos* desempenham um papel fundamental já que os argumentos são formulados a partir deles.

Nos *Tópicos* não está claro o que um *Tópico* é nem em que método os *Tópicos* se baseiam. Nas obras onde os *Tópicos* são citados, Aristóteles parece admitir a existência de três tipos de *Tópicos*: os *Tópicos* dialéticos, os *Tópicos* retóricos e os *Tópicos* mnemônicos. Uma vez que Aristóteles não oferece qualquer informação direta acerca da definição de um To-

pico, é possível que a palavra 'Tópico' fosse habitualmente utilizada como um termo técnico tanto na dialética quanto na retórica ou nas artes de memorização gregas.

Há várias interpretações produzidas para tentar solucionar a questão da natureza de um Tópico. Enquanto uma delas afirma que um Tópico é um princípio³⁶, outra atesta que um Tópico é tanto um princípio quanto uma estratégia³⁷, e uma terceira assevera que um Tópico é uma estratégia fundamentada em algum princípio³⁸. Apesar das controvérsias, importantes indícios encontrados nos *Tópicos* e na *Retórica* apontam para a última interpretação. De acordo com ela, um Tópico seria basicamente uma estratégia de argumentação sustentada por algum princípio que a justificaria. Esta abordagem tem o mérito de inserir os Tópicos no contexto da disputa dialética, além de conciliar os livros II-VII, que tratam dos Tópicos, com os livros I e VIII, que se ocupam da disputa dialética³⁹. Ademais, há somente uma objeção significativa contra essa interpretação: o fato do livro III dos Tópicos só incluir Tópicos enunciados como princípios. Entretanto esta objeção é improcedente, visto que são destinados a justificar uma única estratégia que rege o livro inteiro⁴⁰.

Na *Retórica*, Aristóteles distingue os Tópicos em comuns e próprios e estende essa classificação aos *Tópicos*⁴¹. De acordo com ele, os Tópicos comuns poderiam ser utilizados em qualquer assunto, enquanto os Tópi-

cos próprios só poderiam ser empregados em determinadas matérias como a Ética ou a Física, por exemplo. Provavelmente Aristóteles vinculava os Tópicos comuns às estratégias e os Tópicos próprios aos princípios devido a grande similaridade entre eles. Portanto, essas evidências também indicam que um Tópico é antes de tudo uma estratégia relacionada a algum princípio, de modo que a escolha de um princípio envolve a obediência a alguma estratégia e a adoção de uma estratégia requer a utilização de certos princípios.

A função de um Tópico está relacionada com a produção de argumentos. Nele estão presentes as diretrizes necessárias para a obtenção da estrutura de um argumento. Com efeito, a partir dessas diretrizes, pode-se construir vários argumentos com a mesma estrutura e diferentes conteúdos.

Os *Tópicos* estão ordenados de acordo com os predicáveis. Enquanto os livros II e III contêm Tópicos relacionados com o acidente, os livros IV, V, VI-VII compreendem os Tópicos envolvidos com o gênero, o próprio e a definição respectivamente. Além disso, os Tópicos de cada livro também estão organizados conforme o grau de relação que mantêm com o predicável correspondente. Este fato parece indicar que os *Tópicos* possuem um índice implícito baseado nos predicáveis.

Consoante o que foi dito, uma das principais funções dos *Tópicos* seria

explicitar a natureza dos predicáveis. Assim, todos aqueles que estudassem os *Tópicos* estariam familiarizados com a natureza e o comportamento dos predicáveis. Este fato é de grande importância no contexto de uma disputa dialética, visto que as proposições dialéticas envolvem a

participação de predicáveis. Disto depreende-se que a familiarização com os predicáveis proporcionada pelo estudo dos *Tópicos* tornaria qualquer indivíduo capaz de formular argumentos habilmente e, por conseguinte, bem sucedidos numa disputa dialética.

* Este texto foi originalmente apresentado na Universidade Católica de Petrópolis em junho de 1999 e deve ser visto apenas como uma exposição de resultados conhecidos ou de generalizações destes.

¹ Cf. ROSS, D. *Aristotle*, p. 59.

² ARISTÓTELES. *Top.* 100a18-24: “Nosso tratado se propõe encontrar um método de investigação graças ao qual possamos raciocinar, partindo de opiniões geralmente aceites, sobre qualquer problema que nos seja proposto, e sejamos também capazes, quando replicamos a um argumento, de evitar dizer alguma coisa que nos cause embaraços. Em primeiro lugar, pois, devemos explicar o que é o raciocínio e quais são as suas variedades, a fim de entender o raciocínio dialético: pois tal é o objeto de nossa pesquisa no tratado que temos diante de nós.”; e *Soph. El.* 183b23-184a8: “É bem possível que em todas as coisas, como diz o refrão popular, ‘o primeiro passo seja o mais importante’ e, por essa mesma razão, também o mais difícil; pois, quanto mais poderosa se destina a ser a sua influência, menores são as suas proporções e, portanto, mais difíceis de perceber; mas, depois que foi descoberto o primeiro começo, é mais fácil fazer-lhes acréscimos e desenvolver o resto. Isso tem acontecido no campo da retórica e praticamente no de todas as demais artes: pois os que descobriram os seus primeiros princípios os fizeram avançar um pouquinho apenas, enquanto as celebridades de hoje são os herdeiros (por assim dizer) de uma longa sucessão de homens que os fizeram avançar polegada por polegada e os desenvolveram até que alcançassem a sua forma presente, sucedendo-se Tísias aos primeiros fundadores, e Trasímaco a Tísias, e a seguir Teodoro, enquanto várias pessoas faziam as suas diversas contribuições; e assim, não é de surpreender que a arte tenha atingido dimensões consideráveis.

No nosso estudo, porém, não aconteceu que parte do trabalho tivesse sido realizada antes, deixando outra parte por completar. Não existia absolutamente nada. Com efeito, o adiestramento proporcionado pelos professores pagos de argumentos sofisticados assemelhava-se à maneira como Górgias tratou da matéria. Pois o que eles faziam era distribuir discursos para serem aprendidos de memória, alguns deles retóricos, outros sob a forma de perguntas e respostas, na suposição de que os argumentos de cada uma das partes estivessem todos, de modo geral, incluídos ali. E assim, o ensino que ministravam aos seus alunos era rápido, mas rudimentar. Imaginavam, com efeito, adiestrar as pessoas transmitindo-lhes não a arte, mas os seus produtos, como se um homem que pretendesse ser capaz de transmitir o conhecimento de como evitar as dores nos pés não ensinasse ao seu aluno a arte do sapateiro nem lhe indicasse as fontes onde poderia adquiri-la, mas lhe apresentasse uma porção de calçados de todo tipo: pois esse homem o teria ajudado a satisfazer a sua necessidade, mas não lhe teria comunicado uma arte.” (Nas citações dos *Tópicos* e *Refutações Sofísticas* estamos utilizando a tradução portuguesa de L. Vallandro e G. Bornheim, Aristóteles, *Tópicos & Dos Argumentos Sofísticos*, São Paulo, Abril Cultural, 1978.)

³ ARISTÓTELES. *Top.* 104b1-3: “Um problema de dialética é um tema de investigação que contribui para escolha ou a rejeição de alguma coisa, ou ainda para a verdade e o conhecimento”.

⁴ *Ibid.* 104b7-8.

⁵ *Ibid.* 104a4-8: “Nem toda proposição, nem tampouco todo problema podem ser apresentados como dialéticos: com efeito, ninguém que estivesse no seu juízo perfeito faria uma proposição de algo que ninguém admite, nem tampouco faria um problema do que é evidente para todo mundo ou para a maioria das pessoas: pois este último não admite dúvida, enquanto à primeira ninguém daria assentimento.”

⁶ *Ibid.* 104b2-5: “[Um problema de dialética] deve ser algo a cujo respeito os homens não tenham opinião num sentido ou noutro, ou o vulgo tenha uma opinião contrária à dos filósofos, ou a destes seja contrária à daquele, ou a de alguns filósofos seja contrária à de outros.”

⁷ *Ibid.* 104a9-15: “uma proposição dialética consiste em perguntar alguma coisa que é admitida por todos os homens, pela maioria deles ou pelos filósofos, isto é, ou por todos, ou pela maioria, ou pelos mais eminentes, contanto que não seja contrária à opinião geral; pois um homem assentirá provavelmente ao ponto de vista dos filósofos se este não contrariar as opiniões da maioria das pessoas. As proposições dialéticas também incluem opiniões que são semelhantes às geralmente aceitas; e também proposições que contradizem os contrários das opiniões que se consideram geralmente aceitas, assim como todas as opiniões que estão em harmonia com as artes acreditadas.”

⁸ ARISTÓTELES. *Top.* 101b30-31.

⁹ *Ibid.* 101b35-36: “os problemas e proposições são iguais em número, pois de cada proposição poderemos fazer um problema se mudarmos a estrutura da frase.”

¹⁰ *Ibid.* 159a15-24

¹¹ *Ibid.* 155b15-17.

¹² *Ibid.* 155b3-28.

¹³ *Ibid.* 155b20-157a5.

¹⁴ *Ibid.* 155b23-156a26: “É também uma regra útil não obter em sua ordem própria as concessões necessárias como bases dos raciocínios, mas alternativamente as que conduzem a uma conclusão e as que levam a outra; porque, se as que tendem para o mesmo fim forem postas lado a lado, a conclusão que delas resultar se tornará de antemão mais evidente.”

¹⁵ *Ibid.* 155b30-155b34: “As premissas necessárias mediante as quais se efetua o raciocínio não devem ser propostas diretamente e de forma explícita. Convém, pelo contrário, que paremos acima delas o mais longe possível. Assim, por exemplo, se desejamos obter a concessão de que o conhecimento dos contrários é um só, devemos pedir ao adversário que o admita não dos contrários, mas dos opostos;”

¹⁶ ARISTÓTELES. *Top.* 159a18-20: “o objetivo deste último [o argüidor] é desenvolver o argumento de maneira que leve o outro a dizer os mais extravagantes paradoxos que se seguem necessariamente da posição assumida por ele;”

¹⁷ *Ibid.* 159a20-24: “ao passo que o argüido deve fazer parecer que não é ele o responsável pelo absurdo ou paradoxo, mas apenas a sua posição: pois é também possível distinguir entre o erro de assumir inicialmente uma posição falsa e o de não a sustentar propriamente depois de tê-la assumido.”

¹⁸ *Ibid.* 159a16-24: “No que toca à forma de dar respostas, devemos em primeiro lugar definir qual é o objetivo de um bom ‘respondente’, (...) ele fazer parecer que não é o responsável pelo absurdo ou paradoxo, mas apenas a sua posição: pois é talvez possível distinguir entre o erro de assumir inicialmente uma posição falsa e o de não a sustentar propriamente depois de tê-la assumido.”

¹⁹ *Ibid.* 160b14-16: “Antes de sustentar uma tese ou definição, o respondente deve exercitar-se em atacá-la por si mesmo: pois evidentemente sua tarefa consiste em fazer frente àquelas posições das quais os inquiridores tratam de demolir o que ele estabeleceu.”

²⁰ *Ibid.* 160a16-34: “O inquiridor deve ser enfrentado de igual maneira também no caso de termos usados obscuramente, isto é, em vários sentidos. Porque ao respondente, se não compreende, sempre é lícito responder: ‘não compreendo’; nada o obriga a responder ‘sim’ ou ‘não’ a uma pergunta que pode significar várias coisas. É evidente, pois, em primeiro lugar, que se o que se disse não é claro, ele não deve hesitar em responder que não compreendeu, pois muitas vezes as pessoas se

vêm em dificuldade por ter assentido a perguntas que não foram formuladas com clareza. Se ele entende a pergunta, mas esta comporta muitos sentidos, supondo-se que o que ela diz é universalmente verdadeiro ou falso, deve assentir ou negar sem restrição alguma; se, por outro lado, é parcialmente verdadeira e parcialmente falsa, deve observar que ela comporta diferentes significados, e também que num destes é verdadeira e em outro falsa; porque, se deixar essa distinção para mais tarde, haverá incerteza se percebeu ou não a ambigüidade desde o começo. Se não prevê a ambigüidade, mas assente à pergunta tendo em vista um só sentido das palavras e depois o que propõe a questão a questão a toma no outro sentido, ele deve dizer: 'Não era isto o que eu tinha em vista quando fiz a concessão; referia-me ao outro sentido'; porque, se o termo ou expressão abrange mais de uma coisa, é fácil discordar. Se, porém, a pergunta é clara e simples, deve-se responder 'sim' ou 'não'."

²¹ ARISTÓTELES. *Top.* 160b23-161a15: "De todos os argumentos que conduzem a uma conclusão falsa, a solução certa é demolir o ponto de onde se origina a falsidade: pois demolir um ponto qualquer não é uma solução, mesmo que o ponto demolido seja falso. Com efeito, um argumento pode conter muitas falsidades: suponha-se, por exemplo, que alguém tenha assegurado as premissas: 'quem está sentado escreve' e 'Sócrates está sentado', de onde se conclui que 'Sócrates está escrevendo'. Ora, num caso como este, podemos demolir a proposição 'Sócrates está sentado' sem que, por isso, nos aproximemos da solução do argumento; a proposição pode ser realmente falsa, mas não é dela que depende a falsidade do argumento: porque, supondo-se que alguém estivesse sentado sem estar escrevendo, seria impossível, em tal caso, aplicar a mesma solução. Por conseguinte, não é isso que deve ser refutado, mas sim que 'quem está sentado, escreve': pois quem está sentado nem sempre escreve. Aquele, pois, que refutou o ponto do qual depende a falsidade deu a solução completa do argumento. Quem sabe que é de tal e tal ponto que depende o argumento conhece a sua solução, exatamente como no caso de uma figura geométrica falsamente traçada. Pois não é suficiente objetar, mesmo que o ponto refutado seja uma falsidade, mas também é preciso provar a razão do erro: porque então se porá em evidência se o homem objeta com clara visão do assunto ou não.

Há quatro maneiras possíveis de impedir que alguém leve o seu argumento até a conclusão. Isso se pode fazer quer demolindo o ponto de que depende a falsidade resultante, quer formulando uma objeção dirigida contra o inquiridor: pois muitas vezes, quando não se chegou ainda a uma solução efetiva, o que formula as questões é incapacitado, por esse meio, de levar adiante o seu argumento. Em terceiro lugar, pode-se objetar às perguntas feitas, pois não raro sucede que aquilo que o inquiridor pretende não se siga das perguntas feitas porque estas foram mal formuladas, mas, se um ponto adicional for concedido, conclusão se efetivará. Se, pois, o inquiridor for incapaz de levar adiante o seu argumento, a objeção terá por alvo as suas perguntas. A quarta e pior espécie de objeção é a que se reflete no tempo estipulado para a discussão, pois algumas pessoas formulam objeções de tal sorte que se levaria mais tempo a respondê-las do que a discussão comporta.

Há, pois, como dissemos, quatro maneiras de fazer objeções, mas de todas elas só a primeira constitui uma solução; as outras não são mais que empecilhos e tropeços para impedir que se chegue às conclusões."

²² *Ibid.* 157a34-157b2: "Quando se fez uma indução fundada em vários casos e, apesar disso, o adversário se recusa a conceder a proposição universal, é lícito exigir que ele formule a sua objeção. Mas enquanto não tivermos nós mesmos determinado em que casos é assim, não é oportuno querer forçá-lo a apontar em que casos não é assim: pois primeiro se deve fazer a indução e depois solicitar a objeção. Deve-se além disso, exigir que as objeções não sejam feitas em relação ao sujeito atual da proposição, a menos que esse sujeito seja a única coisa de sua espécie, como, por exemplo, dois é o único número primo entre os números pares; pois, a menos que se possa dizer que esse sujeito é o único de sua espécie, o objetante deve formular suas objeções com respeito a algum outro sujeito."

²³ ARISTÓTELES. *Top.* 159a38-159b27: “A tese enunciada pelo respondente antes de enfrentar o argumento do inquiridor deve, por força, ser uma tese geralmente aceita, ou geralmente rejeitada, ou nem uma coisa nem outra; e, além disso, que seja aceita ou rejeitada de maneira absoluta ou com uma restrição por parte de alguém, seja este o que fala ou algum outro. No entanto, a maneira pela qual se aceita ou se repele, seja ela qual for, não implica nenhuma diferença: porquanto o modo correto de responder, isto é, admitir ou recusar-se a admitir o que foi proposto, será o mesmo num caso como no outro. Se, pois, a asserção feita pelo respondente for geralmente rejeitada, a conclusão que o inquiridor tiver em vista deve ser uma que seja geralmente aceita, ao passo que, se a primeira for geralmente aceita, a segunda será geralmente rejeitada: pois a conclusão a que se procura chegar é sempre o oposto da afirmação feita. Se, por outro lado, o que se afirmou não é geralmente aceito nem rejeitado, a conclusão será também do mesmo tipo. Ora, como o homem que raciocina corretamente demonstra a conclusão por ele proposta fundando-se em premissas que são mais geralmente aceitas e mais familiares, é evidente que (1), quando o ponto de vista que ele defende é, de modo geral, absolutamente rejeitado, o respondente não deve conceder nem o que é assim aceito de maneira alguma, nem o que em verdade é aceito, porém menos geralmente do que a conclusão do inquiridor. Porque, se a asserção feita pelo respondente for geralmente rejeitada, a conclusão visada pelo inquiridor será uma que seja geralmente aceita, de modo que todas as premissas que ele assegurar serão do mesmo tipo, e mais geralmente aceitas do que a conclusão que tem em mira, a fim de que o menos familiar seja inferido através do mais familiar. Por conseguinte, se algumas das perguntas que lhe forem feitas não tiverem esse caráter, o respondente não deve concedê-las. (2) Se, por outro lado, a afirmação formulada pelo respondente for geralmente aceita sem restrições, evidentemente a conclusão buscada pelo inquiridor deve ser uma que seja rejeitada geralmente e de maneira absoluta. Em vista disso, o respondente deve admitir todos os pontos de vista que sejam geralmente aceitos, e, dos que não o forem, todos os que sejam menos geralmente rejeitados do que a conclusão visada pelo seu antagonista. Porque, então, provavelmente se pensará que ele argumentou bastante bem. (3) E, de maneira análoga se a asserção feita pelo respondente não for geralmente rejeitada nem geralmente aceita: pois também neste caso tudo que pareça ser verdadeiro deve ser aceito, e, das opiniões que não são geralmente aceitas, todas as que forem mais geralmente aceitas do que a conclusão do inquiridor: com efeito, aí teremos como resultado que os argumentos serão mais geralmente aceitos. Se, pois, a opinião expressa pelo respondente for uma que seja geralmente aceita ou rejeitada de maneira absoluta, os pontos de vista absolutamente admitidos devem ser tomados como padrões de comparação; ao passo que, se o ponto de vista expresso não é nem geralmente admitido nem geralmente rejeitado, a não ser pelo respondente, o padrão pelo qual este último deve julgar o que é geralmente admitido ou não, e de acordo com o qual deve conceder ou negar-se a conceder o ponto de vista proposto, ele é o mesmo.”

²⁴ *Ibid.* 161a19-21: “pois não está ao alcance de uma só das partes chegar adequadamente a um resultado que depende igualmente de ambas.”

²⁵ *Ibid.* 160b10-13.

²⁶ ARISTÓTELES. *Top.* 161a17-19.

²⁷ *Ibid.* 161b11-17.

²⁸ *Ibid.* 162b16-20.

²⁹ *Ibid.* 161b1-5.

³⁰ *Ibid.* 159b27-35: “Se, contudo, o respondente está defendendo a opinião de alguma outra pessoa, é evidente que deve reportar-se ao juízo desta última ao conceder ou negar os diferentes pontos. É por isso que aqueles que defendem opiniões alheias, por exemplo, que ‘o bem e o mal são a mesma coisa’, como diz Heráclito, se recusam a admitir a impossibilidade de que contrários pertençam simultaneamente à mesma coisa; não porque eles próprios não acreditem nisso, mas porque os princípios de Heráclito os obrigam a dizer não. O mesmo fazem aqueles que assumem a defesa das posições um do outro, pois o que pretendem é falar como falaria aquele que estabeleceu a posição.” e *Top.* 163a29-163b3: “A melhor maneira de adestrar-se na prática desta espécie de argumentação é, em primeiro lugar, contrair o hábito de converter os argumentos, pois assim estaremos mais bem

aparelhados para fazer frente à proposição formulada, e, após algumas tentativas, conheceremos vários argumentos de cor. Por ‘conversão’ do argumento entende-se o tomar o inverso da conclusão juntamente com o resto das proposições postuladas e refutar, dessa forma, uma das que haviam sido concedidas: pois da falsidade da conclusão segue-se necessariamente que alguma das premissas é refutada, uma vez que, dadas todas as premissas, não podia deixar de inferir-se a conclusão. Ao enfrentar qualquer proposição, deve-se estar sempre atento a uma linha de argumentação tanto a favor como contra; e, tão depressa esta for encontrada, trate-se de procurar a sua solução: pois desta maneira o aprendiz não tardará a perceber que se adestrou ao mesmo tempo e em responder perguntas.”

³¹ *Ibid.* 158a8-11: “A conclusão não deve ser expressa sob a forma de uma pergunta; se o for, e o homem sacudir negativamente a cabeça, dará a impressão de que o raciocínio falhou. Pois muitas vezes, mesmo que não tenha sido formulada como uma pergunta mas apresentada como uma consequência, o adversário a nega, e então os que não vêem que ela se deduz das concessões anteriores não dão tonto de que aquele foi refutado.” e *Top.* 161b16-18: “A responsabilidade disso, porém, recai sobre o respondente, que, tendo-se recusado a conceder outros pontos, dá seu assentimento a pontos dessa espécie. É, pois, evidente que a crítica adversa não se deve fazer de igual maneira quando tem por objeto os que propõem as questões e quando se dirige contra seus argumentos.”

³² *Ibid.* 161a40-161b2: “[Os contendores] não podem alcançar juntos a mesma meta, e não é possível que haja mais de um vencedor.”

³³ *Ibid.* 158b5-11: “Também as inferências que estão demasiado próximas do primeiro princípio são difíceis de tratar por argumentação, pois não se podem apresentar muitos argumentos com respeito a elas devido ao reduzido número de escalões entre a conclusão e o princípio a partir do qual devem ser demonstradas as proposições subsequentes. As mais difíceis de todas as definições a tratar por argumentos, porém, são aquelas que empregam termos que, em primeiro lugar, não se sabe se são usados num só sentido ou em vários, e, em segundo, se são usados literal ou metaforicamente pelo definidor.” e *Top.* 161b19-33: “Em si mesmo, um argumento está exposto a cinco tipos de crítica adversa:

(1) A primeira é quando nem a conclusão proposta, nem mesmo qualquer conclusão em absoluto, se infere das perguntas feitas, e quando a maioria, se não todas as premissas sobre as quais repousa a conclusão, são falsas ou geralmente rejeitadas, e quando, além do mais, não há retratações, nem adições, nem ambas as coisas ao mesmo tempo, que possam levar as conclusões a termo.

(2) A segunda se dá na suposição de que o raciocínio, embora construído com fundamento nas premissas e da maneira descrita acima, seja irrelevante para a posição originária.

(3) A terceira ocorre na suposição de que certas adições possam dar lugar a uma inferência, e contudo essas adições sejam mais fracas do que aquelas que foram apresentadas como perguntas e menos geralmente admitidas do que as conclusões.

(4) E também na suposição de que certas retratações possam produzir o mesmo resultado: pois às vezes as pessoas estabelecem mais premissas do que é necessário, de maneira que não é por meio delas que se deduz a inferência.

(5) Suponha-se, finalmente, que as premissas sejam menos geralmente aceitas e menos críveis do que a conclusão, ou que, embora verdadeiras, dêem mais trabalho para provar do que a opinião oposta.”

³⁴ *Ibid.* 161a1-15: “Há quatro maneiras possíveis de impedir que alguém leve o seu argumento até a conclusão. Isso se pode fazer quer demolindo o ponto de que depende a falsidade resultante, quer formulando uma objeção dirigida contra o inquiridor: pois muitas vezes, quando não se chegou ainda a uma solução efetiva, o que formula as questões é incapacitado, por esse meio, de levar adiante o seu argumento. Em terceiro lugar, pode-se objetar às perguntas feitas, pois não raro sucede que aquilo que o inquiridor pretende não se siga das perguntas feitas porque estas foram mal formuladas, mas, se um ponto adicional for concedido, a conclusão se efetivará. Se, pois, o inquiridor for incapaz de levar adiante o seu argumento, a objeção será propriamente dirigida contra ele;

se pode fazê-lo, por outro lado, a objeção terá por alvo as suas perguntas. A quarta e pior espécie de objeção é a que se reflete no tempo estipulado para a discussão, pois algumas pessoas formulam objeções de tal sorte que se levaria mais tempo a respondê-las do que a discussão comporta.

Há, pois, como dissemos, quatro maneiras de fazer objeções, mas de todas elas só a primeira constitui uma solução; as outras não são mais que empecilhos e tropeços para impedir que se chegue às conclusões.”

³⁵ ARISTÓTELES. *Soph. El.* 183b36-184a8: “o adestramento proporcionado pelos professores pagos de argumentos sofísticos assemelhava-se à maneira como Górgias tratou da matéria. Pois o que eles faziam era distribuir discursos para serem aprendidos de memória, alguns deles retóricos, outros sob a forma de perguntas e respostas, na suposição de que os argumentos de cada uma das partes estivessem todos, de modo geral, incluídos ali. E assim, o ensino que ministravam aos seus alunos era rápido, mas rudimentar. Imaginavam, com efeito, adestrar as pessoas transmitindo-lhes não a arte, mas os seus produtos, como se um homem que pretendesse ser capaz de transmitir o conhecimento de como evitar as dores nos pés não ensinasse ao seu aluno a arte do sapateiro nem lhe indicasse as fontes onde poderia adquiri-la, mas lhe apresentasse uma porção de calçados de todo tipo: pois esse homem o teria ajudado a satisfazer a sua necessidade, mas não lhe teria comunicado uma arte. Além disso, no caso da retórica existe muita coisa que foi dita há longo tempo, enquanto, no que se refere ao raciocínio, não tínhamos nenhum trabalho anterior a que recorrer, mas durante anos dedicamos nossos esforços a buscas e pesquisas experimentais. Se, pois, quando tiverdes acabado de percorrer estas páginas, vos parecer que, em face da situação existente no começo, alcançamos resultados satisfatórios em nossa investigação em confronto com outros estudos que têm sido desenvolvidos pela tradição, só resta a todos vós, assim como aos nossos estudantes, perdoar-nos as imperfeições da obra e, pelo que nela encontrardes de novo, oferecer-nos os vossos calorosos agradecimentos.”

³⁶ Segundo Alexandre de Afrodísias, esta interpretação teria sido adotada por Teofrasto. (Cf. ALEXANDRE DE AFRODÍSIAS, In *Aristotelis Topicorum Libros Octo Commentaria*. WALLIES, M. (ed.) *Commentaria in Aristotelem Graeca*. Berlin: G. Reimer, 1891, sup. vol. II, pt. ii, p. 126.12-16 e p. 135.2-6.

³⁷ Esta interpretação foi professada por Alexandre de Afrodísias em seu comentário aos *Tópicos* de Aristóteles (Cf. Alexandre de Afrodísias, *In Top.*, p. 5.21-27 e p. 126.12-16.). Atualmente Walter De Pater também adotou esta interpretação (Cf. De PATER, W. *La Fonction du lieu et de l'instrument dans les Topiques*. In: OWEN (ed.) *Aristotle on Dialectic*, p.165).

³⁸ Esta é a interpretação defendida por Eleonore Stump (Cf. STUMP, E., *Dialectic and its Place in the Development of Medieval Logic*, Ithaca: Cornell University Press, 1989, p. 17-25).

³⁹ A seguinte passagem ilustra o destaque que os *Tópicos* devotam a relação entre os Tópicos e a disputa dialética: “Se se afirmou um acidente que tem um contrário, é preciso ver se aquilo que admite o acidente admite também o seu contrário; pois uma mesma coisa admite contrários. Assim, por exemplo, se o contendor afirmou que o ódio se segue à cólera, o ódio pertenceria, nesse caso, à ‘faculdade emotiva’, pois é a essa que pertence a cólera. Deve-se, por conseguinte, verificar se o seu contrário, a saber, a amizade, também pertence à ‘faculdade emotiva’; porque se assim não for se a amizade pertence à faculdade do desejo, então o ódio não pode seguir-se à cólera. E de maneira análoga se o outro afirmou que o desejo é ignorante. Porque, se ele fosse capaz de ignorância, seria também capaz de conhecimento, e não é esta a opinião geral — isto é, que a faculdade do desejo seja capaz de conhecimento.” (*Top.* 113a33-b6).

⁴⁰ No início do livro III, Aristóteles fornece uma estratégia geral destinada a solucionar o único problema dialético do livro, ou seja, “qual é a mais desejável ou a melhor entre duas ou mais coisas”. Esta estratégia consiste basicamente em procurar algo que indique a superioridade de uma coisa sobre a outra. Após expô-la, Aristóteles passa a descrever uma série de princípios destinados a fundamentá-la (Cf. *Top.* 116a4-12).

⁴¹ARISTÓTELES. Rhet. I.ii.22 (1358a10-35): “Os Tópicos comuns aplicam-se indistintamente às questões de Direito, de Física, de Política e de muitas outras matérias de espécie diferente; tal, por exemplo, o Tópico do maior e do menor, deles podemos tirar tanto um silogismo como um entimema sobre questões de Direito, de Física ou sobre qualquer outro assunto, embora tais matérias sejam de espécies diferentes. Pelo contrário, chamo entimemas próprios todos os que são tirados de premissas particulares a cada espécie e a cada gênero; por exemplo, em Física existem premissas das quais não há possibilidade de deduzir entimema ou silogismo relativos à Moral; nesta última, há premissas que não se aplicarão à Física; e outro tanto sucede com os assuntos restantes. Os Tópicos comuns não tornarão ninguém hábil em qualquer gênero, porque não pertencem a determinado objeto. Quanto aos Tópicos especiais, quanto melhor escolhidas forem as premissas deles, tanto mais trataremos, sem de tal nos darmos conta, de qualquer outra questão diferente da Dialética e da Retórica, quer dizer daquela mesma donde foram tomados os princípios. A maior parte dos entimemas é tomada das espécies próprias e particulares, sendo em número muito menor os que provêm dos Tópicos comuns. Como já fizemos nos Tópicos, precisamos distinguir aqui, no que se refere aos entimemas, as espécies e os Tópicos, donde eles devem ser tirados.

Referências Bibliográficas

- ARISTÓTELES. *Tópicos & Dos Argumentos Sofísticos*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- _____. *Retorica*. Trad. M. Dorati, Milano: Mondatori, 1996.
- DE PATER, W. La Fonction du lieu et de l'instrument dans les *Topiques*. In: OWEN (ed.) *Aristotle on Dialectic*. Oxford: Clarendon Press, 1968.
- ROSS, D. *Aristotle*. 5 ed., London: Methuen, 1966.
- STUMP, E., *Dialectic and its Place in the Development of Medieval Logic*. Ithaca: Cornell University Press, 1989.
- WALLIES, M. (ed.) *Commentaria in Aristotelem Graeca*. Berlin: G. Reimer, 1891.